

AS CIDADES COLONIAIS BRASILEIRAS: IDEOLOGIAS ESPACIAIS, VALORES HISTÓRICO, URBANÍSTICO E CULTURAL

MARIA TEREZA DUARTE PAES¹

Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Não é mais aceitável afirmar que as cidades tenham tido pouca importância no Brasil colonial. Muitos sítios históricos remanescentes e uma série de estudos comprovam as particularidades do arranjo espacial, assim como o seu papel na articulação da vida colonial em suas dimensões política, social, econômica e ambiental. Passando pelo Brasil Colônia, pela permanência da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro - entre 1808 e 1821 -, à Independência e por todo o período do Império no Brasil até a proclamação da República - em 1889 -, as cidades ganharam importância, materializaram as formas pensadas pelo reino e internalizaram ou subverteram as normatizações impostas à vida social. Hoje, a patrimonialização dos sítios coloniais no Brasil estimulou *arefuncionalização turística* de inúmeras cidades e incorporou a cultura como uma ideologia espacial nas práticas do planejamento urbano, nas políticas de promoção da imagem e nas estratégias do consumo cultural, tema que ainda carece de uma investigação geográfica mais sistemática. É sobre a constituição desse patrimônio histórico e suas ideologias espaciais chegando ao período contemporâneo - quando os sítios coloniais são valorizados e transformados em territórios turísticos - que este artigo se desenvolve.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Sítios históricos coloniais; Ideologias espaciais; Cidades coloniais brasileiras.

COLONIAL CITIES IN BRAZIL - SPATIAL IDEOLOGIES, HISTORICAL, URBAN AND CULTURAL VALUES

Abstract: It is no longer acceptable to affirm that the cities have had little importance in Colonial Brazil; many remaining historical sites and a number of studies show the particularities of their spatial arrangement, as well as its role in the articulation of the

¹ Professora do Departamento de Geografia (DGEO-IG) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Contato: paes.tereza@gmail.com.

colonial life in its political, social, economic and environmental dimension. Passing through the Colonial Brazil, through the stay of Portuguese Court in Rio de Janeiro, from 1808 to 1821 to the Independence, in 1822, and during the whole period of Imperial Brazil up to the Proclamation of Republic in 1889, cities gained importance. They materialized their forms thought by the kingdom, and internalized or subverted the norms imposed on social life. Today, the patrimonialization of the colonial sites in Brazil stimulated the tourist refunctionalization of numerous cities, and it incorporated culture as a spatial ideology in the practices of urban planning, in image promotion policies and strategies of cultural consumption, a subject that still lacks a more systematic geographic research. This article is developed to discuss about the constitution of this heritage and its spatial ideologies, reaching the contemporary period when colonial sites are valued and transformed into tourist areas.

Keywords: Cultural heritage; Colonial historic sites; Spatial ideologies; Colonial cities in Brazil.

“Pensar o passado do espaço não significa fazer geografia antiquária. Significa buscar em tempos já idos as chaves da interpretação do presente, passo fundamental para que possamos pensar com segurança o espaço do futuro que queremos ter”²

Apresentação

Com o objetivo de refletir sobre o patrimônio colonial como herança que se quer preservar, negar ou transformar em cenário social para a fruição turística, este artigo apresenta, ainda que brevemente, alguns exemplos específicos da origem, permanência e das características gerais e comuns da arquitetura colonial portuguesa e sua valorização contemporânea como patrimônio histórico. Não é nosso objetivo aqui apresentar, analiticamente, inúmeros sítios de patrimônio arquitetônico colonial português; em alguns momentos faremos aproximações com alguns sítios urbanos que ganharam a marca da colonização portuguesa, mas seguir esse caminho envolveria pesquisa apurada e a utilização de metodologias de campo e de interpretação de fontes documentais, o que não é o caso. Nosso objetivo é ressaltar as ideologias espaciais presentes na produção do espaço urbano no período da colonização apontando às principais referências desse processo, assim como à valorização contemporânea desse patrimônio - legitimada pelas ações da

² Maurício de Almeida Abreu, 2014, p 295.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) -, do planejamento urbano e turístico destes sítios no território.

Os valores dos sítios históricos urbanos

A valorização de centros históricos urbanos já se fez presente no século XIX quando, na Europa, Camillo Sitte (1992 [1889]) ressaltou o valor da cidade antiga destacando-a em sua qualidade ambiental frente à *ideologia funcionalista redutora* (PESSÔA e PICCINATO, 2007). Ele denunciou a racionalidade abusiva da cidade moderna e defendeu nas cidades antigas a sua arte, tradição e sociabilidade - ordenadas quase que intuitivamente em função dos locais de passagem, de encontro, das ruas e das praças na continuidade do tecido urbano. Muitos pensadores renomados da época temeram pela desumanização das cidades com o fim da cidade antiga. A arte, a estética artesanal, as expressões tradicionais da cultura estariam em risco com os novos projetos de renovação urbana, demolições, padronização das novas formas arquitetônicas e com a nova lógica produtivista. Como afirmou Choay (2002, p.25):

A ruptura com o passado é assumida de modo agressivo, provocante, os novos valores (mecanização, padronização, rigor, geometrismo) são afirmados num estilo de vanguarda, de certa forma expostos ao público cuja adesão deve ser conquistada por uma impressão de futurismo.

E foi no embate entre o antigo e o moderno, as formas e os conteúdos simbólicos e funcionais das construções arquitetônicas, que as cidades impuseram sua nova morfologia à vida urbana. Nos centros antigos concentravam-se os monumentos mais representativos da fundação das cidades que, aos poucos, passou a ser interpretada a partir de uma visão de conjunto e não apenas por seus monumentos excepcionais.

Embora a cidade como expressão da sociedade seja sempre subversiva, destruidora e regeneradora de sua própria morfologia, com a chegada da cidade industrial e moderna fica claro que as expressões desses dois tempos históricos eram, em certo sentido, irreconciliáveis, pois representavam ideologias, estéticas e funções muito diferentes. Edificações das cidades antigas e das cidades industriais ou modernistas não compõem o mesmo conjunto paisagístico embora coexistam na produção social do

espaço, daí a necessidade da conservação e das políticas de preservação patrimonial dos sítios históricos.

Após a Segunda Guerra Mundial, no século XX, com a destruição e a necessidade de reconstrução de muitos centros urbanos europeus, aceitar a reconstrução, a recuperação ou mesmo as modernas intervenções já não era apenas uma questão formal ou teórica de sobrevivência dos testemunhos de períodos eleitos como representantes da história das cidades, mas funcional à dinâmica e permanência das cidades no presente. Assim, as ideologias da modernização e da industrialização saem fortalecidas no pós-guerra, deixando a cidade antiga desvalorizada frente às áreas mais funcionais e renovadas.

Claro que devemos fazer uma distinção, ao menos entre as cidades europeias, alguns centros norte-americanos e as cidades latino-americanas ou mesmo de alguns países africanos de heranças coloniais portuguesas, como Angola e Moçambique. Enquanto as primeiras tiveram que lidar com as heranças clássicas da cidade antiga em relação ao processo da racionalização moderna e burguesa da sociedade industrial, sobretudo desde o célebre exemplo da intervenção de Haussmann em Paris, entre 1852 e 1870 (CHOAY, 1999) - quando a cidade antiga, velha e insalubre se curva ao novo projeto pré-progressista (CHOAY, 2002) que facilita a circulação, coloca os monumentos em perspectiva e possibilita a manutenção da ordem social burguesa ao expulsar a classe operária e pobre da área central -; os grandes centros urbanos dos EUA já nos anos 1960 vão virar as costas aos seus velhos centros abandonados e desindustrializados para, nos anos 1970, reintegrarem tais centros à economia urbana e aos projetos de renovação, trazendo novos perfis de moradores para os enobrecerem - ou *gentrificarem* (HARVEY, 2002; HALL, 1992; SMITH, 2006).

No caso das cidades da América Latina e, mais ainda, nos países africanos, a história das cidades e da valorização do patrimônio cultural é muito mais recente do que a ocorrida na Europa. Além de termos passado muito tempo sem valorizar o nosso próprio patrimônio cultural, acreditando que o que tinha valor seria apenas o tempo histórico das heranças europeias e de termos uma história recente de políticas de patrimonialização - no caso do Brasil, por exemplo, o SPHAN³ é criado somente em 1937 -, também

³ A Lei nº 378, de 1937, institui o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) como órgão oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Em 1970 este nome é alterado para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como é conhecido até hoje (site: <http://portal.iphan.gov.br/>).

tivemos um século no qual o modernizar possuía uma força sagrada em relação aos velhos casarios do período colonial. O reconhecimento das peculiaridades de nossos centros históricos, do valor político e cultural destes e sua incorporação à economia política de nossas cidades a fim de torná-los atrativos turisticamente a partir do marketing de seus bens culturais é um processo mais contemporâneo, dos anos 1990, como já constatamos em Paes (2009).

No Brasil, onde o próprio processo de urbanização não remonta a tantos séculos, só a partir do século XX o seu patrimônio cultural ganha legitimidade, sobretudo os centros históricos da arquitetura colonial – as nossas cidades antigas. E enquanto um movimento de preservação e valorização dessa memória estava em curso, as cidades se industrializavam e se modernizavam negando o antigo e destruindo grande parte das edificações de tais cidades históricas para responder às demandas da especulação imobiliária e de uma mentalidade modernizadora e empreendedora do mercado.

Desde o início a valorização do patrimônio cultural respondeu à produção de ideias, ideologias espaciais e teorias que, saídas das políticas públicas, vão representar os símbolos valorizados em cada período histórico.

Segundo Chuva (2009, p. 31), no período de criação do SPHAN havia um projeto de cunho nacionalista que se constituiu em política de Estado entre os anos 1930-1940, tendo o SPHAN um papel de orquestração dos “valores civilizatórios, estéticos e morais, ao construir um *patrimônio nacional*”, tanto que no período de 1937 a 1946 o órgão “protegeu legalmente mais de 40% de todo o patrimônio tombado até o começo do século XXI”, fato que tomou como símbolo autenticamente nacional a arquitetura barroca colonial. Nas palavras de Castriota (2003, p. 191)

O Barroco local, que durante muito tempo fora considerado excêntrico e sem importância, é revalorizado pelos modernistas, que o veem como uma síntese cultural própria, esboçada por uma sociedade no interior do país, que, isolada, retrabalhara à sua maneira as diversas influências culturais.

Ou ainda, nas palavras de Costa & Suzuki (2012, p. 14),

O mesmo barroco que aflora para o culto e a persuasão de fiéis no século XVIII, é resgatado pelo Estado (com apoio dos modernistas e do SPHAN) no século XX como possibilidade de outro culto: o da conscientização da busca de um ‘lugar que

é nosso', a construção da pátria, a consolidação do Estado-nação.

Essa escolha, em certo sentido contraditória desde o seu início, daria a marca da representação da identidade e da autonomia nacional ao processo de colonização. Mesmo teoricamente, se tivéssemos assentados em nossas próprias epistemes, poderíamos ter feito outras escolhas em relação a quais representações culturais nos identificam. Pensando desta forma, a valorização e preservação do patrimônio colonial é a naturalização de um valor de dominação da modernidade. Neste caso, melhor assumirmos de uma vez as concepções fachadistas (PAES, 2009, p. 19), a transformação destas formas arquitetônicas em pastiche, cenário, espetáculo para a degustação social na fruição de práticas turísticas, afinal, isso coloca o sentido de tal processo no presente, agora revisto e articulado em suas relações complexas. O que se quer ressaltar aqui é que não se trata somente do patrimônio cultural. A abordagem geográfica do processo de patrimonialização se inscreve em um contexto social, político, econômico, ambiental e cultural, incluindo as mudanças técnicas e simbólicas.

Se, nas primeiras décadas do século XX, a produção de sentidos das representações era unificada pelas concepções de nação, cultura e patrimônio nacional - liderada pelos discursos do grupo de intelectuais modernistas; hoje o jogo de forças e interesses do Estado, do mercado e da sociedade civil organizada torna o projeto de preservação do patrimônio cultural mais fragmentado e, por isso mesmo, mais difícil de ser interpretado.

As narrativas que a cidade expressa em suas formas advêm das histórias que a constituíram e foram enraizadas em suas geografias. Então, cabe a nós reconta-las para não nos esquecermos delas. Quais determinações influíram funcionalmente e esteticamente na implantação das paisagens urbanas dos sítios escolhidos no período da colonização? As narrativas da colonização – imagens e discursos – ainda permanecem como referência principal em nossos sítios históricos e tais paisagens revelam, para além das suas formas, os códigos e os sentidos que estruturaram as relações entre as pessoas que ali viveram e as que ainda vivem em seu cotidiano.

As cidades coloniais brasileiras

No Brasil a valorização deste patrimônio cultural ocorre na década de 1930 com o tombamento do centro de Ouro Preto (Minas Gerais) e sua

associação à construção da identidade nacional. Sob a tutela do Estado e das narrativas dos nossos intelectuais, o território foi ressignificado com a atribuição de valor ao patrimônio cultural, projeto do Estado Novo, governo de Getúlio Vargas, que geraria traços identitários na população - a qual passou a se reconhecer como nação de uma *comunidade nacional imaginada* (ANDERSON, 1991).

Ouro Preto, importante conjunto arquitetônico do período colonial associado ao ciclo do ouro do século XVIII, foi a primeira cidade brasileira a receber a classificação de Monumento Nacional, em 1933, e Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 1980. O traçado da cidade colonial portuguesa, diferentemente das cidades coloniais espanholas, permitia uma certa irregularidade - para além da malha em xadrez - e esteve presente “desde o início da colonização do litoral, em cidades como Salvador e Rio de Janeiro” (CASTRIOTA, 2003, p. 187); o que colocou em dúvida o papel predominante da racionalidade iluminista nestas. Tanto o traçado, o estilo arquitetônico, como o uso de materiais possibilitaram uma certa originalidade que seguia as condições regionais da época, criando estilos ou tipologias arquitetônicas diferenciadas: o tipo paulista, o tipo mineiro, entre outros.

O arquiteto Luiz Saia - diretor da Superintendência Regional do IPHAN em São Paulo de 1946 a 1975 e relator de um parecer fundamental para o tombamento do núcleo histórico de São Luiz do Paraitinga, no Vale do Paraíba Paulista, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) em 1982 - valorizou o traçado urbano tomando-o como exemplar do racionalismo iluminista da coroa portuguesa que, por intermédio das ordenanças do governador Morgado de Mateus, imprimiria tal concepção a várias outras cidades do Estado de São Paulo. Diferentemente das críticas já em voga originadas por Sérgio Buarque de Holanda, para quem as cidades coloniais brasileiras eram desordenadas e destituídas de beleza em relação às fundadas pela colonização espanhola. Na interpretação de Saia e Trindade (1977), as cidades originadas pelo modelo ortogonal de ruas e praças seriam o princípio da malha em xadrez e igualmente representativas das heranças da racionalidade iluminista.

A morfologia urbana das cidades coloniais não é exatamente a réplica de modelos europeus. Ao contrário, no Brasil são exemplares vivos de influências distintas que dialogam com as funções urbanas associadas à produção econômica agroexportadora, com uma história própria e em contextos ambientais, tecnológicos, culturais e políticos bem particulares.

Ao argumentar sobre a importância do centro histórico de São Luiz do Paraitinga, em São Paulo, o CONDEPHAAT (1982, p. 14) deixa claro tanto a similitude de influências entre as cidades coloniais, quanto ressalta as suas particularidades:

À forte presença mineira, seja em relação aos elementos formais utilizados, seja na acomodação das edificações à topografia irregular, juntavam-se vestígios do neoclássico, em largo uso no Rio de Janeiro, reflexo da presença da Corte, da experiência dos engenhos da baixada fluminense e da taipa de pilão, característica marcante da região paulista.

A origem do nome São Sebastião do Rio de Janeiro, por exemplo, é em homenagem ao mesmo tempo ao rei de Portugal e ao santo cristão que, segundo a lenda, lutou para expulsar os franceses protestantes ou laicos do nosso território no início de sua ocupação. Vencida a batalha desta origem, que poderia ter tornado o Rio de Janeiro ainda mais francês do que se pensa, Mem de Sá - que havia assumido o governo da cidade em 1567 - funda ali no Morro do Castelo o colégio e a igreja Matriz - junto aos jesuítas portugueses - e a Casa de Câmara e a Cadeia. A capital da Colônia, do Império e da República ganharia inúmeros monumentos, assim como o espírito moderno do “bota abaixo” de Pereira Passos no início do século XX construiria novas formas e perderia grande parte das edificações históricas.

Na maioria dos centros coloniais brasileiros é o conjunto paisagístico que possui valor excepcional e não a monumentalidade de suas edificações. Para Castriota (2003, p. 189)

Consolida-se, assim, a fisionomia de nossas cidades coloniais: uma sequência de ruas irregulares, constituídas, como num cenário, por fileiras de casas construídas sobre o alinhamento e sobre os limites laterais dos terrenos, formando superfícies contínuas. Quanto às praças, essas vão estar indiscutivelmente legadas ao papel desempenhado pelas igrejas: na falta das grandes praças cívicas, aos moldes das ‘plazas mayores’ das cidades de colonização espanhola, as edificações religiosas vão desempenhar o papel de foco da vida urbana, dificilmente sobrepujadas em importância por qualquer outro edifício civil.

Embora em termos quantitativos⁴ saibamos que a vida colonial se centrava no campo e que era neste que a sede pelo mundo novo buscava os seus recursos, afirmar que as cidades não tiveram importância nesse período já é fato superado. Do mesmo modo, o debate acerca da ausência ou presença de uma racionalidade intencional no planejamento das cidades coloniais brasileiras foi dividido entre aqueles que acreditavam na baixa expressividade do modelo em tabuleiro de xadrez em relação à colonização espanhola - que, com este, constituiu uma rede urbana, impôs arruamentos e a localização de edificações - e os que defendiam a presença de uma racionalidade “calcada na legislação, no seu controle e no seu costume” (MARX, 1991, p. 60, Apud ABREU, 2014, p. 238). Mas ainda que sem a padronização de um plano regular a ser reproduzido, a tática colonial portuguesa de apropriação do território foi igualmente eficaz. Como escreve Abreu (2014, p. 236):

Sabe-se que a fundação da primeira capital brasileira, em 1549, foi detalhadamente planejada pelo governo português, que enviou à Baía de Todos os Santos o ‘arquiteto’ Luiz Dias com a incumbência específica de dirigir a construção da cidade de Salvador, segundo um plano geral elaborado diretamente pela Coroa e que, infelizmente, não chegou aos nossos dias. A presença de um mestre de obras, responsável pela medição de terrenos e pela construção de edifícios e fortificações, também é confirmada no Rio de Janeiro desde 1567, data em que a cidade foi transferida do arraial inicial fundado por Estácio de Sá para o seu sítio definitivo no Morro do Castelo.

O papel dos engenheiros militares enviados pela Coroa não se restringiu à logística relacionada aos fortes e às fronteiras, e sim estendeu-se ao planejamento urbano vindo a se configurar como um modelo de pensar a cidade no Brasil colonial. A própria regularidade do traçado das primeiras cidades é atribuída a eles “como prática que marcou o urbanismo português no ultramar” (PESSÔA e PICCINATO, 2007, p. 37). Segundo Abreu (2014, pp. 276-277), o controle territorial aqui instituído adotou um “sistema municipalista de base urbana e de raízes romanas, cujas manifestações materiais foram o ‘arraial’ (ou povoado), a ‘vila’ e a ‘cidade’ (...). Dentre esses, apenas o arraial teve origem espontânea (...). Os demais surgiram

⁴ “Conforme demonstrou Aroldo de Azevedo, ao obter sua independência política, em 1822, o país contava com duzentos e dezenove núcleos urbanos, a grande maioria de tamanho quase insignificante, três quartos dos quais estabelecidos nos últimos 100 anos” (ABREU, 2014, p. 232).

sempre da ação direta ou indireta do Estado”. E eram nestas que o governo local fazia justiça em nome do Rei, “prerrogativa que se materializava obrigatoriamente na paisagem urbana pela ereção de um pelourinho”.

E é sobre o ordenamento interno dos núcleos que as pesquisas mais reforçam os argumentos sobre a organização territorial e urbana da Colônia, colocando em xeque o “desleixo” dos “semeadores” portugueses em relação à racionalidade abstrata do “ladrilhador” espanhol, conforme a interpretação de Holanda (1984). O controle português ia além do plano de arruamento das (...)“sesmarias de chão’, ou seja, dos lotes urbanos doados para a formação da cidade” (ABREU, 2014, p. 237). Estendia-se ao modo de vida quotidiano, nas posturas urbanísticas, na delegação de poderes à Igreja⁵, na autoridade das Câmaras Municipais em relação às licenças e autorizações régias para as intervenções locais. Abreu (2014, p. 239) toma o exemplo do Rio de Janeiro para demonstrar que as intervenções eram gerais e efetivas, indo do ordenamento dos terrenos de marinha às “(...) ordens que regulavam a dimensão de canos, a localização de quitandeiras no espaço público etc.”.

As vilas e as cidades do período açucareiro eram fundadas tendo como marcos as igrejas, as Casas de Câmara e a Cadeia, que davam conta do controle civil. Se na Europa encontramos os núcleos originais erguidos pelos castelos, igrejas ou as praças para o mercado (as cidades Bastides), é esta conjugação igreja-câmara-cadeia que articula o nosso núcleo original. Ainda que as cidades desse período tivessem um papel complementar em relação à vida nas fazendas e nos engenhos, elas foram a ponta de lança em direção ao futuro urbano do país.

Na primeira metade do século XVIII, com a mineração, um novo estímulo fomentou o comércio e a necessidade de ter, a partir das cidades, um padrão mais regular e interiorizado de ocupação territorial. Embora o Brasil colonial não tenha estruturado uma expressiva rede urbana no entorno das regiões produtivas, gerou cidades polarizadoras (OLIVEIRA, 1982, p. 41). O caráter autárquico da produção para a exportação manteve a herança do trabalho escravo – compulsório - demorando-se a aceitar que a

⁵“(…) as sesmarias incorporaram uma exigência adicional: o pagamento do dízimo à Ordem de Cristo, o que na realidade queria dizer pagamento à própria Coroa. Mais do que um imposto cobrado dos que recebiam terras, o dízimo era a justificativa mesmo do processo de conquista. E ao simbolizar toda a relação que se estabeleceu entre Estado e Igreja na ‘era dos descobrimentos’, o pagamento deste tributo à Coroa e as conseqüentes obrigações que esta teve que assumir em troca, acabaram se constituindo em peça fundamental do processo de organização territorial do Brasil” (ABREU, 2014, p.273).

modernização estava diretamente vinculada ao processo de urbanização, fato que só seria alterado nas primeiras décadas do século XX.

Mas ainda que respondendo a estas e outras inúmeras matrizes, uma rede urbana vai se instalando no território, sobretudo na região litorânea, nas trilhas e pousos de tropeiros para as minas ou na ocupação promovida no período pombalino da região amazônica.

A transformação do Rio de Janeiro em sede da Corte portuguesa, de 1808 a 1821, revolucionou o modo de pensar e viver a cidade. A sua morfologia associada à dependência de negros escravizados - verdadeiras redes sociais para o comércio local e para a circulação de mercadorias e informações -, às condições sanitárias precárias e à ausência de conforto, higiene, vida cultural e bens materiais deveria mudar para dar lugar a uma nova estrutura social que ali se instalava, com os hábitos trazidos e exigidos pela Corte.

O período subsequente, entre a Independência, em 1822, e a proclamação da República, em 1889 - ou seja, na instituição do Império do Brasil, com as inúmeras epidemias de febre amarela, cólera e as altas taxas de mortalidade - instituirá, a princípio, o saber médico para pensar a cidade e os seus miasmas, incluindo a interferência nos hábitos e costumes da população. Em seguida, o saber dos engenheiros - responsáveis, por exemplo, pelo Plano da Comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro, na década de 1870 - é que passará a influenciar o pensamento urbano, em substituição ao saber médico.

Do final do século XIX em diante as propostas modernizadoras e o planejamento progressista serão imperativos no ordenamento e na expansão das cidades. Para Hardman (1988, p. 93 apud ABREU, 2014, p. 251): “a cabeça dos engenheiros brasileiros da segunda metade do século XIX (...) combinava exemplarmente elementos do positivismo e do liberalismo, disciplina do trabalho e visão transformadora da paisagem, parcimônia de gastos e modernidade urbano-industrial”. Mas esta é uma outra história que não caberia contar aqui.

Vale lembrar que a marca geral dos centros históricos coloniais no Brasil, respeitando-se as particularidades regionais, é constituída de sobrados construídos por produtores rurais, conjuntos de habitações populares, arquiteturas vernaculares associadas às edificações representantes do modelo de fundação de cidades do colonialismo português no Brasil, os prédios institucionais, a Casa de Câmara, a Cadeia e as Igrejas.

Faço agora uma breve aproximação com Moçambique, já que o Brasil, apesar de ter em sua extensa dimensão territorial uma única língua falada⁶ – o português – compartilha muitas dessas heranças coloniais. Ambos são marcados por tradições e costumes de origens portuguesas e africanas e, claro, pela arquitetura colonial - todas heranças contraditórias entre a identidade e a miscigenação cultural.

Enquanto no Brasil a colonização portuguesa não se fez tão imperativa ao longo do tempo, incluindo a permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro por treze anos e a transformação da Colônia em sede do Império colonial entre a Independência e a proclamação da República; em Moçambique as marcas da colonização são mais profundas e a independência do país, bem mais recente, de 1974.

Esse processo diferenciado influenciou uma certa postura conciliatória com as influências portuguesas no caso do Brasil e, de certa forma, de rejeição, no caso de Moçambique. Se a Independência acompanhou, nos dois casos, atitudes de rechaçamento às heranças coloniais, no Brasil o período subsequente estabeleceu uma convivência cordial com tais heranças, ao contrário do que ocorreu em Moçambique. Se aqui o patrimônio histórico arquitetônico desse período sofreu descaso ou foi destruído, foi muito mais devido às ideologias modernizantes associadas à necessidade de reestruturação urbana para acolher um novo modo de produção ou *pela* “falta de interesse da rude oligarquia rural, detentora do poder naquele tempo” (PESSÔA e PICCINATO, 2007, p. 15); do que pela expressão de um descontentamento político com Portugal, como aconteceu em Moçambique.

Vale destacar que, enquanto o papel das Américas no jogo da colonização acentuava suas funções agroexportadoras de produtos para a Europa, o que reforçava a necessidade de sua ocupação territorial inicial; a África suportou alguns séculos como exportadora de mão-de-obra escravizada. Este laço liga-nos até as entranhas pois faz parte de nossa formação territorial. E como afirmam Monié, Rosa e Silva:

(...) a África não exportava somente ‘braços’ para as ‘plantations’ mas, junto com eles, os conhecimentos dos escravos que pesavam na definição do seu preço. Práticas territoriais e conhecimentos de todos os tipos atravessavam

⁶ Em Moçambique, das 43 línguas nacionais que fazem parte da Constituição, 41 são de origem bantu. O português, que é a língua oficial e demarcadora de distinção social e econômica no país, é apenas uma entre as 43 línguas existentes.

assim o Atlântico: técnicas de mineração, de construção, práticas arquitetônicas – casas de taipa, ainda comuns nos sertões brasileiros – e uma série de hábitos e costumes que definem ‘gêneros de vida’ (2007, p. 6).

Apesar dessa dura memória, não negamos, como Moçambique, as heranças coloniais. Ao contrário, as enaltecemos. A título de exemplo, após a independência de Portugal, em 1974, liderada por Samora Machel - líder da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), de ideologia marxista e apoiado pelo bloco comunista -, toda a toponímia da área central da cidade de Maputo⁷, capital do país, é alterada substituindo os nomes de heróis ou datas importantes da história de Portugal por nomes africanos ou de líderes comunistas, tais como Mao Tse Tung, Lênin e Engels.

No território brasileiro os nomes dos assentamentos urbanos do período de colonização já nasceram híbridos. Os portugueses somavam as características físicas dos sítios - costume já utilizado pelos indígenas na marcação da toponímia (Bahia, Ilhéus, Angra, Recife) - e suas influências católicas (as denominações de Nossa Senhora, São João, São Paulo, São José) aos nomes tupis-guaranis das diferentes nações indígenas (PESSÔA e PICCINATO, 2007).

E como negar estas toponímias que tão bem representam as nossas origens? No século XVIII é a atividade econômica que nomeará muitas cidades - Minas, Feiras -, mas é somente no final do século XVIII que a demarcação desses territórios utiliza o artifício de batizar cidades com o mesmo nome de cidades portuguesas: Bragança, Belmonte, Oeiras. E que as atuais ‘cidades irmãs’ se promovem ao dar continuidade a essa amistosa influência.

Nas grandes cidades brasileiras, ao longo do século XX, os velhos centros urbanos cederam lugar aos novos projetos urbanísticos de melhoramentos ou ficaram abandonados à própria sorte enquanto a cidade se espraiava sem planejamento para além do centro histórico. Nesse sentido, os centros coloniais brasileiros não foram abandonados por um ressentimento político, mas por novas escolhas econômicas e culturais que nortearam o planejamento político das cidades, a descentralização ou a criação de novas centralidades urbanas. No início do século XX, enquanto

⁷ Que também só ganhou este nome em 1976, em substituição ao nome português anterior, Lourenço Marques, ganhando o nome do rio que marca a fronteira sul de Moçambique, Maputo.

alguns centros urbanos de cidades coloniais se curvaram às modernizações e ao urbanismo higienista, sobretudo de influências inglesas e francesas, como Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e Salvador; outras cidades, como as de Minas Gerais e da Bahia, passavam a ser reconhecidas como detentoras de patrimônio arquitetônico do século XVIII, representando as ideologias intelectuais e políticas do período.

Então, se por um lado não temos os castelos e os palácios das cidades europeias, por outro não podemos negar que as igrejas, as casas de câmara e cadeia, os conventos, os traçados urbanos originais, as praças, os portos e fortes sejam os nossos patrimônios culturais urbanos, deixados pelo processo de colonização que, a gosto ou a contragosto dos nossos desejos de autonomia, gerou *formas-conteúdos* (SANTOS, 1996) que até hoje permanecem em nosso território fazendo-nos lembrar a origem histórica de nossas cidades.

O processo de valorização dos sítios coloniais iniciado na década de 1930, que preservou e deu legitimidade à identidade nacional do barroco brasileiro, se estendeu às outras cidades e é responsável pela emergência de uma identidade urbana que, ainda que fundada sob o jugo da colonização, nos permite tomá-la como patrimônio histórico e cultural. Sem esquecer, é claro, que a comercialização dos negros escravizados assim como os indígenas catequizados geraram formas que também permanecem em nossas paisagens, sejam estas trilhas, capelas e igrejas ou pelourinhos e quilombos, todos são *rugosidades* (SANTOS, 1996) de nossa história.

Um breve tour pela abordagem geográfica do patrimônio cultural

O patrimônio cultural tomado como recurso territorial ou identitário, a sua produção como estratégia econômica, ideológica e política e o seu enraizamento na produção do espaço urbano são temas há muito incorporados nos projetos de planejamento do território e por várias áreas disciplinares, especialmente pela História, Arquitetura e Arqueologia.

No quadro das ciências sociais e aplicadas, a Geografia demorou a tomar o patrimônio cultural como objeto de pesquisa, fato já superado e que não invalidou a sua importante contribuição contemporânea. Mesmo na França, apenas nos anos 2000 temos as primeiras contribuições deste campo, introduzindo a dimensão territorial, social e política a partir das dinâmicas socioespaciais de tal processo e contribuindo com as tradicionais abordagens históricas e de urbanistas sobre a temática.

No Brasil escrevemos um primeiro artigo em 2003 - publicado em Luchiari (2005) - e criamos o Grupo de Pesquisa Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural no mesmo ano, quando a questão do patrimônio cultural ainda era interpretada como abordagem exclusiva da Geografia Cultural ou de abordagens unicamente culturalistas.

O campo cresceu na última década, tanto na Geografia francesa como na brasileira, mas é fato que as investigações resultantes dos Programas de Pós-graduação em Geografia no Brasil sobre a cultura (teses e dissertações) possuíam um papel mais marginal na produção científica. Somente a partir de 1998 as pesquisas sobre cultura, em geral, passam a ser numericamente relevantes⁸, cabendo lembrar que a Geografia Cultural havia se reorganizado há pouco tempo no Brasil, sobretudo a partir das pesquisas, publicações, traduções de obras clássicas e eventos organizados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Cultura (NEPEC/RJ), coordenado por Roberto Lobato Corrêa (UFRJ) e Zeny Rosendhal (UERJ), que consolidaram aqui a Nova Geografia Cultural.

A produção específica sobre o patrimônio cultural é bem mais restrita e recente, tendo ganhado expressão apenas em meados dos anos 2000. A partir de um levantamento realizado até aqui⁹ podemos afirmar que as pesquisas geográficas sobre o patrimônio cultural no Brasil cresceram no mesmo período em que os Programas de Pós-graduação em Geografia se expandiram, a partir dos anos 2000.

A abordagem geográfica sobre o patrimônio cultural, mais do que tomar o patrimônio em si em sua história, seus materiais e sua estética, revelou a importância da dimensão espacial da patrimonialização como processo - no que tange às dinâmicas territoriais, aos conflitos locais e às várias formas de apropriação das paisagens. Mesmo a produção simbólica

⁸ Proporcional ao aumento no número de Teses e Dissertações, houve também um aumento das que abordavam a temática cultural, incluindo diversas formas e expressões associadas a etnias, religiões, costumes locais, festas típicas, ao modo de vida (principalmente de imigrantes), entre outras.

⁹ Estas referências constam dos resultados da pesquisa: “Refuncionalização turística de sítios históricos urbanos no Brasil – por uma metodologia geográfica de usos e valores do presente”, realizada com auxílio do CNPq (PQ-2011-2014), a partir do levantamento das Teses e Dissertações em Geografia, produzidas no período de 1998-2012, e encontradas no site da Capes (Disponível em: <http://capes.gov.br/>).

foi tomada como legitimação de grupos sociais, em um campo de dominação de ideologias e de forças desiguais e em conflito na apropriação territorial.

Outra contribuição da Geografia ao tema, tanto aqui como na França, refere-se a esta associação inevitável do turismo ao patrimônio cultural. Por mais que não partamos do turismo, é onde ele chega na maioria das vezes. Na França, autores como Guy Di Méo, Olivier Lazzarotti, Maria Gravari-Barbas, Vincent Veschambre têm nos oferecido importantes contribuições para pensar o patrimônio cultural a partir da Geografia, seja em sua estreita associação com o planejamento territorial ou com o turismo.

Abordagens culturais, sociais, políticas, econômicas - sempre tendo como dimensão imprescindível o espaço - vieram construindo uma nova reflexão do patrimônio cultural preocupada com os seus usos no presente – tema pouco ou nada trabalhado por outras disciplinas. Além disso, como afirma Veschambre (2007), a entrada da problemática do patrimônio nas pesquisas geográficas obrigou a Geografia a renovar-se, a estender as suas fronteiras tanto internas (Geografia cultural, social, política, econômica, etc.), quanto disciplinares - o diálogo salutar e imprescindível com a Arquitetura, a Sociologia, a Antropologia, a Arqueologia, entre outras áreas. Para Jacquot (2012), a pesquisa sobre a patrimonialização se inscreve em uma Geografia social preocupada com as estratégias simbólicas de apropriação do espaço e do tempo e com a legitimação política de sua presença no lugar, reforçando territorialidades particulares. São várias dimensões em jogo. Para Jacquot (2012, p.10) três dimensões fundamentais estruturam o processo contemporâneo: o patrimônio como instrumento, motor e legitimador de intervenções urbanas; o patrimônio como legitimador de uma construção do mundo social, por exemplo por meio dos conflitos ou consensos nas escolhas de projetos de valorização turística, requalificação, marketing territorial, políticas públicas ou privadas, funcionando, ao mesmo tempo, como finalidade e instrumento; e nas representações urbanas como revelador de imaginários, contribuindo em uma ordem social, do tempo e do espaço.

Interessante observar que a Geografia entrou no debate sobre o patrimônio no momento em que a própria noção de patrimônio cultural estendeu as suas tipologias e as suas escalas cronológica e espacial (CHOAY, 2001). Este fato, somado às diferentes expressões da mundialização da cultura e da globalização da economia, deram ao patrimônio cultural um novo e importante papel no planejamento do território, seja por meio das políticas de imagem do planejamento urbano, seja na valorização de áreas naturais, ambas objetos de políticas e interesses

econômicos mediados pelos órgãos de preservação locais, nacionais ou internacionais, como a própria UNESCO, sujeito fundamental na nova geopolítica dos patrimônios culturais.

E, claro que para a interpretação desta nova complexidade no processo de patrimonialização a Geografia tem muito a contribuir. E tem contribuído não apenas com pesquisas e reflexões, mas também participando dos órgãos decisores ou consultivos. Embora, no Brasil, os geógrafos tenham um papel menos representativo nestes, diferentemente dos arquitetos e historiadores, seu assento nos Conselhos dos órgãos de preservação representa a legitimidade da sua contribuição, além de coloca-los como produtores de patrimônios culturais no sentido que participam do processo simbólico e jurídico de seleção. A territorialização do patrimônio também nos faz rever as nossas tradicionais categorias – territórios do patrimônio, lugar da identidade, paisagens culturais, para citar apenas algumas - hoje já incorporadas ao processo de patrimonialização.

Então, sem nos filiar-mos exclusivamente a uma geografia histórica ou cultural, trazemos a categoria tempo para compreender as lógicas que originaram as nossas heranças, formas e expressões cristalizadas no espaço, mas são os seus usos na complexidade do tempo presente que demandam de nossa disciplina a sua maior contribuição ao debate.

O processo de patrimonialização se inscreve na trama do planejamento territorial e é orientado por finalidades que vão além da conservação do patrimônio cultural. As políticas públicas, os interesses econômicos e os conflitos sociais de representação situam as heranças do passado no contexto da produção do presente. E aqui voltamos aos sítios históricos coloniais e os seus usos no presente.

Planejamento urbano e refuncionalização turística¹⁰ dos sítios coloniais brasileiros

É sobre a valorização desse patrimônio histórico e suas ideologias espaciais, chegando ao período contemporâneo quando as paisagens das cidades coloniais são valorizadas e transformadas em territórios turísticos, que nossa análise se desenvolve. As ideologias constitutivas da vida social, ao serem consideradas como práticas empregadas nas decisões do planejamento do território, mobilizam o imaginário social na produção do espaço e nos permitem compreender melhor a valorização turística do patrimônio no território, afirmando a concepção de espaço geográfico como portador de representações, de imaginário social e de tramas narrativas que o estruturam.

No período contemporâneo, particularmente após a inspiração do modelo Barcelona, o patrimônio arquitetônico dos sítios históricos ganhou um papel importante sobretudo para os poderes públicos locais, empreendedores e urbanistas, como instrumento de requalificação urbana. As intervenções de restauração, os tombamentos e a refuncionalização de antigas edificações e monumentos para a visita turística e consumo cultural permitem a criação de novos fluxos de circulação, eliminação de presenças indesejadas, tais como as habitações precárias, a prostituição, os moradores de rua e os grupos sociais marginalizados, permitindo, ao mesmo tempo, uma mudança formal e um novo perfil social devido ao público a que se destinam. Como afirma Jacquot (2012, p. 12) “Políticas urbanas, políticas patrimoniais e investimentos privados em lugares patrimoniais, constituem um conjunto articulado”.

As escolhas, quase sempre conflituosas entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade - particularmente os moradores e usuários de tais áreas urbanas - inserem-se em uma nova forma de pensar o futuro das cidades. Para Jacquot (2012) a patrimonialização e os seus usos contemporâneos inserem-se no centro do debate sobre a regulação do

¹⁰ A *refuncionalização* é uma atribuição de novos valores e conteúdos às formas herdadas do passado e refletem uma renovação das ideologias e dos universos simbólicos (BERDOULAY, 1985; SANTOS, 1996). Em artigos anteriores desenvolvemos a concepção geográfica de *refuncionalização turística* de centros históricos (LUCHIARI, 2005; PAES, 2009), sempre tomando-a como o processo que engloba inúmeros projetos de renovação urbana, tais como: gentrificação, enobrecimento, reabilitação, requalificação, revitalização, entre outros.

crescimento e do desenvolvimento urbano. Desse modo, é muito importante analisar não apenas as oposições entre a necessidade de preservar o patrimônio e a necessidade de renovar o espaço urbano, mas, exatamente, os alinhamentos e os modos de estruturação dos consensos entre os atores aparentemente em oposição.

Os dossiês de candidatura de patrimônio mundial da UNESCO¹¹ ou o tombamento dos sítios históricos pelo IPHAN não opõem a preservação à regeneração urbana, ao contrário, exigem tais investimentos. Para Jacquot (2012, p. 14) - e tomando por referência vários exemplos mundiais e nacionais de requalificação de centros históricos - é possível identificar uma “coalisão de atores pró-crescimento” urbano, envolvendo empreendedores, poderes públicos locais, nacionais e estrangeiros, órgãos de comunicação, urbanistas e grupos sociais organizados.

O autor (2012, p. 14) também considera o patrimônio um revelador de imaginários e reflexivo no que se refere às relações sociais no tempo e espaço, em que o espaço é revisto em sua historicidade, reconstruído a partir de recortes selecionados ou imaginados e apropriado no jogo das relações sociais do presente. O passado, tornado heroico, ilumina as nossas utopias.

Por outro lado, como enfatiza Yúdice (2013, p. 13), a cultura tornou-se um recurso não no seu simples formato de mercadoria, mas como

(...) eixo de uma nova estrutura epistêmica na qual a ideologia e aquilo que Foucault denominou sociedade disciplinar (isto é, a imposição de normas a instituições como a educacional, a médica, a psiquiátrica etc.) são absorvidos por uma racionalidade econômica ou ecológica, de tal forma que o gerenciamento, a conservação, o acesso, a distribuição e o investimento – em cultura e seus resultados – tornam-se prioritários.

Desse modo, seja o museu Guggenheim de Bilbao, os rituais, a gastronomia, a música, os centros históricos, as lendas, os costumes, todos “são mobilizados como recursos para o turismo e para a promoção das indústrias que exploram o patrimônio cultural” (YÚDICE, 2013, p.17). E,

¹¹ No Brasil temos doze sítios na lista de Patrimônio Mundial cancelados pela UNESCO. Entre eles, seis são centros históricos coloniais: Ouro Preto (MG), 1980; Olinda (PE), 1982; Salvador (BA), 1985; São Luiz (MA), 1997; Diamantina (MG), 1999 e Goiás (GO), 2001. (Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>).

de qualquer forma, ainda que em períodos diferentes, após o modelo utilizado por Barcelona para sediar os Jogos Olímpicos em 1992, todos os países passaram a reproduzi-lo na recuperação dos centros históricos, industriais ou não, de modo a incorporá-los à economia política global.

Em todo o mundo a questão da cenografia - a *disneyficação* - ou o modelo facadista e o estilo patrimônio, como discutimos no Brasil, é um desafio teórico a ser pensado na produção do espaço urbano. Na escala global os centros históricos chamados a participar do processo mundial de valorização, reprodução e *refuncionalização turística* marcam o urbanismo contemporâneo. De Macau ao México, de Salvador à Cidade do Cabo, de Berlin a Istambul, de Barcelona a Williamsburg é esse processo que se revela como o de uma reprodução de paisagens em série.

Dentro desta lógica, muitas cidades brasileiras descobriram na *refuncionalização turística* de suas formas pretéritas novos usos sociais que agregam valor econômico ao patrimônio cultural edificado. O mercado privado, sobretudo a partir dos anos 1990, incorporou o patrimônio cultural para agregar valor às mercadorias, ao comércio, aos lugares esquecidos pelo processo de modernização e urbanização.

Enquanto a imagem do sítio histórico colonial é vendida como principal referência imagética, o conjunto histórico arquitetônico de vários sítios coloniais é, em grande parte, do esquecido século XIX ou mesmo XX como acontece, por exemplo, com os centros históricos tombados de São Luiz do Paraitinga (SP) e Paraty (RJ). Mas esta *redução narrativa* não inviabiliza os projetos de refuncionalização turística, ao contrário, os reforça. Como afirma Freitag (2003, p. 121)

Hoje em dia, quase todas essas cidades históricas são grandes atrações turísticas, centros de preservação e venda de artesanato popular e, em alguns casos, até mesmo cenário de filmes que buscam reconstituir a época colonial, os conflitos entre senhores e escravos, conflitos políticos e insurreições contra a hegemonia da Coroa portuguesa, entre outros temas.

A ideia de patrimônio associada à construção da nação foi revista e ressemantizada a partir de uma diversidade de representações, agora em disputa pelo valor do patrimônio. Como já afirmamos anteriormente, a preservação do patrimônio cultural é “um processo seletivo de atribuição de valores às formas e às práticas culturais que engendram intervenções, decisões e escolhas balizadas por um projeto político que a estrutura social de cada tempo constrói” (LUCHIARI, 2005, p. 96), e, embora esta seleção

não dê conta da totalidade do tempo histórico, é ela que nos possibilita o sentido de continuidade (JEUDY, 2005).

A valorização econômica dos conjuntos paisagísticos dos sítios coloniais de valor patrimonial vem sendo objetivo de programas de recuperação das áreas centrais no Brasil¹², estabelecendo novas territorialidades, sobretudo turísticas ou relacionadas ao consumo cultural.

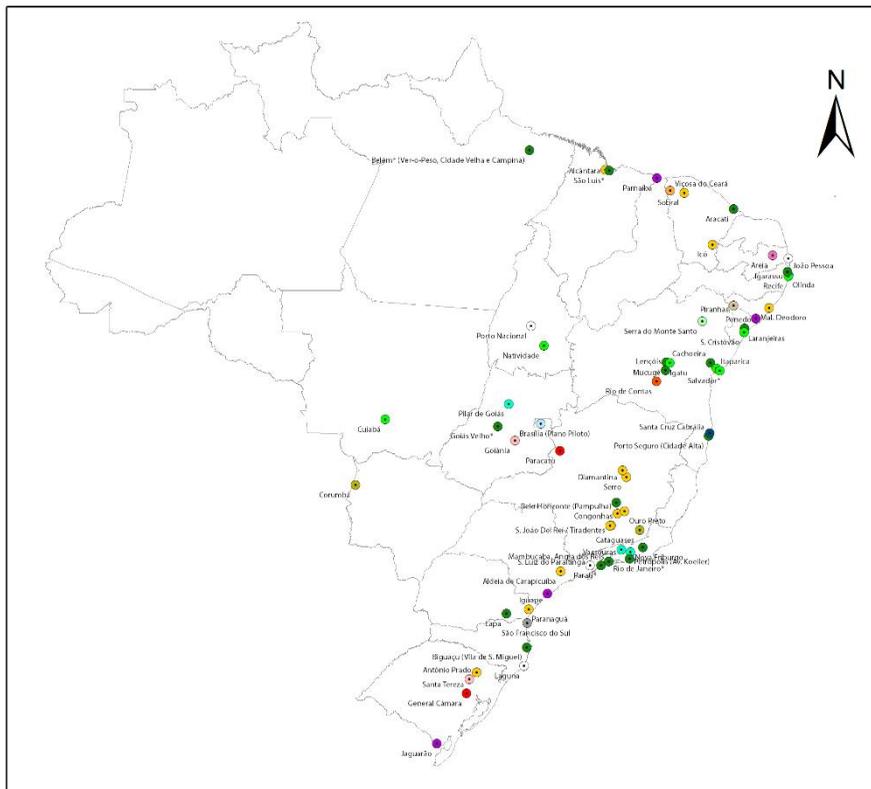
O processo de patrimonialização, legítimo e, na maior parte das vezes, necessário, tem servido também para atestar as próprias cidades como atrativo, fato que tem sido capitalizado pelas políticas de imagem empreendidas pelos poderes locais. Desse modo a política de preservação funciona como um novo motor da dinâmica de desenvolvimento urbano das cidades.

A maior parte dos sítios históricos tombados no território brasileiro são conjuntos arquitetônicos do período colonial. As denominações de centro, conjunto paisagístico, histórico, núcleo, entre outras, são variadas de acordo com o momento histórico e a mentalidade dos Conselheiros do IPHAN, mas todas se referem aos sítios históricos.

Para melhor visualização organizamos o Mapa dos sítios históricos tombados:

¹² Desde os anos 1990, sobretudo pelo Ministério das Cidades (com auxílio da Caixa Econômica Federal), pelo Ministério da Cultura (por intermédio do IPHAN), pelo Ministério do Turismo - com o apoio estrutural e logístico do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) - e de programas com apoio internacional da UNESCO e verbas do Banco Mundial. Recentemente, cabe citar a linha de incentivo do Governo Federal por meio do Plano de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas (PAC-CH), que selecionou, em 2012, mais de 40 cidades no país para receber recursos financeiros.

Brasil: sítios históricos tombados (1938-2012)*



Legenda

AAU	Acervo arquitetônico e urbanístico - 1 item (Goiânia, GO)	CHAP	Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico - 2 itens (Cataguases, MG, Corumbá, MS)
CA	Conjunto arquitetônico - 1 item (Rio de Contas, BA)	CHP	Conjunto histórico e paisagístico - 4 itens (Parnaíba, PI, Penedo, AL, Iguape, SP, Jaguarão, RS)
CAP	Conjunto arquitetônico e paisagístico - 18 itens (Belém, PA* (Ver-o-Peso, Cidade Velha e Campina), São Luis, MA*, Aracati, CE, Igarassu, PE, Laranjeiras, SE, Cachoeira, BA, Lençóis, BA, Mucugê, BA, Porto Seguro, BA (Cidade Alta), Belo Horizonte, MG (Pampulha), Mambucaba, Angra dos Reis, RJ, Nova Friburgo, RJ, Paraty, RJ*, Rio de Janeiro, RJ*, Lapa, PR, Biguaçu, SC (Vila de São Miguel), Pilar de Goiás, GO)	CHU	Conjunto histórico e urbanístico - 1 item (Areia, PB)
CAU	Conjunto arquitetônico e urbanístico - 14 itens (Alcantárea, MA, Icó, CE, Sobral, CE, Mal. Deodoro, AL, Congonhas, MG, Diamantina, MG, Ouro Preto, MG, São João Del Rei, MG, Serro, MG, Tiradentes, MG, Carapicuíba, SP, Paranaguá, PR, Antônio Prado, RS, Goiás Velho, GO*)	CP	Conjunto paisagístico - 1 item (Sta. Cruz Cabrália, BA)
CAUNP	Conjunto arquitetônico, urbanístico, natural e paisagístico - 1 item (Serra do Monte Santo, BA)	CPU	Conjunto paisagístico e urbanístico - 2 itens (Petropolis, RJ e Vassouras, RJ)
CAUP	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico - 8 itens (Natividade, GO, Olinda, PE, Recife, PE, S. Cristóvão, SE, Igatu, Andaraí, BA, Itaparica, BA, Salvador, BA*, Cuiabá, MT)	CU	Conjunto urbanístico - 1 item (Brasília, DF)
CH	Conjunto histórico - 2 itens (Paracatu, MG, Gal. Câmara, RS)	CeH	Centro Histórico - 4 itens (Porto Nacional, TO, João Pessoa, PB, São Luiz do Paraitinga, SP, Laguna, SC)
CHA	Conjunto histórico e arquitetônico - 1 item (Viçosa do Ceará, CE)	CeHP	Centro histórico e paisagístico - 1 item (S. Francisco do Sul, SC)
		NU	Núcleo urbano - 1 item (Santa Tereza, RS)
		SHP	Sítio histórico e paisagístico - 1 item (Piranhas, AL)

Fonte: IPHAN/DAF/COPEDOC - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Departamento de Articulação e Fomento – DAF; Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação – Copedoc; Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012). Rio de Janeiro, fevereiro de 2013.

Com alguns exemplares na região Centro-Oeste, é possível observar que a maior parte dos sítios históricos tombados localiza-se nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. As denominações mais frequentes são: Conjunto Arquitetônico (18); Conjunto Arquitetônico e Urbanístico (14); Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico (08), totalizando, em nosso recorte, 64 sítios - tendo em vista que consideramos apenas os sítios históricos e excluímos os bens (edifícios, praças, colégios, santuários) ou ruas isoladas. Para o IPHAN (2013), que inclui estes, temos uma lista de 89 bens culturais inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012).

Como já apontamos em publicações anteriores, a *refuncionalização turística* dos sítios históricos tombados no Brasil representa hoje a possibilidade de colocar tais cidades no mercado do turismo e do consumo cultural, o que tem estimulado os processos de patrimonialização e as políticas de promoção da imagem do planejamento urbano (BERDOULAY; PAES, 2008), incorporando a cultura como *ideologia espacial* nas práticas do consumo (DEGRÉMONT, 1996).

Uma de nossas afirmações iniciais refere-se à importância de refletir sobre o patrimônio cultural considerando-o como processo que se define no presente, diferentemente da maior parte das tradicionais abordagens da História ou da Arquitetura. É no presente que a trama da vida é tecida, com os objetos, as ações, os usos e os sentidos que atribuem valor à realidade socioespacial, seja esta proveniente do passado, do presente ou projetada para o futuro. A preservação de sítios históricos não pode ser um processo isolado, mas integrado a políticas públicas setoriais para garantir melhores condições e qualidade de vida para moradores, usuários e visitantes.

Se em um primeiro momento deste processo¹³ a expulsão de moradores pobres, a *cenarização* e a *turistificação* foram recursos comuns das políticas públicas para atrair o consumo cultural das classes médias e elites e gerar uma nova dinâmica econômica e comercial nestes sítios, em um segundo momento, valorizar os usos tradicionais, as áreas habitacionais e a população local mostrou-se, na maior parte dos casos, como uma estratégia essencial para o desenvolvimento local, envolvendo, ao mesmo tempo, a preservação do sítio histórico e arquitetônico e a sua renovação urbana. Como afirma Bonduki (2010, p. 362)

¹³ A título de exemplo cabe lembrar o caso do Centro Histórico de Salvador - tombado pela UNESCO em 1985 - e o seu Programa de Recuperação em sete etapas, a partir dos anos noventa. Como já estudado por vários autores, sua estratégia inicial foi a de expulsão da população local.

Os núcleos históricos no Brasil não são ruínas arqueológicas, mas lugares vivos, onde habita uma população com necessidades contemporâneas que podem e devem ser atendidas no território urbano como um todo, inclusive nas áreas protegidas.

Mas como superar as contradições entre narrativas e cenários históricos projetados para a valorização do consumo cultural e distintivo do turismo das realidades vividas local e culturalmente por suas populações? O IPHAN, fortalecido na última década com a multiplicação de planos, ações, intervenções e orçamento teve um importante papel na visibilidade turística dos nossos centros históricos. Em nome de uma política urbana, o PAC - Cidades Históricas propôs:

(...) posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante, que atuará, inicialmente, em 44 cidades de 20 estados da federação, com a disponibilização total de R\$ 1,9 bi de reais até 2015, sendo R\$ 1,6 bi para obras públicas. Os outros R\$ 300 mi estão destinados a uma linha de crédito para proprietários de imóveis de cidades tombadas pelo IPHAN. (Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>)

Então, a associação entre patrimônio e turismo, ainda que já tenha acentuado as expressões de desigualdade social em muitos de nossos sítios históricos, por outro lado, se apresenta como alternativa econômica e social para as cidades. O desdobramento do Programa Monumenta no PAC-CH articula-se a uma política de governo voltada a ampliar a infraestrutura urbana, a qualidade de vida, o saneamento ambiental, o transporte público, a habitação social e o desenvolvimento social das populações.

Como nos coloca Gravari-Barbas (2014), as relações entre turismo e patrimônio, postas em foco pela visibilidade dos sítios eleitos como Patrimônio Mundial pela UNESCO, expõem também uma nova forma de participação social dos grupos localmente envolvidos, visões plurais e divergentes. Não se trata apenas de avaliar os aspectos positivos e negativos de tal processo, mas analisar o desenvolvimento local, seus atores, seus beneficiários e as novas composições territoriais que ganham lugar.

Desse modo o turismo deixa de ser o único fim da preservação patrimonial que pode tornar-se uma alavanca propulsora de desenvolvimento local e de redução da pobreza. Se em um primeiro momento a patrimonialização dos sítios históricos reduz a narrativa e congela um tempo idealizado, imaginado; em um segundo momento, de

volta ao presente, nos oferece pistas materiais e simbólicas para planejar a natureza mutante das cidades. Se reproduziremos os mesmos erros da desigualdade estrutural socioeconômica, histórica e espacial, este fato não será devido ao patrimônio cultural nem ao turismo, mas à estrutura, sempre dura, política e econômica, na qual nos metemos e que determinam as nossas escolhas. Não devemos, assim, demonizar o turismo ou o patrimônio. Pensando geograficamente, devemos nos debruçar sobre os processos imbricados em tempo, espaço e sociedade para tornarmos compreensível o mundo que criamos. Como bem coloca Lazzarotti (2011, p. 279), a patrimonialização dos lugares os torna visíveis, enquanto o turismo põe em evidência as suas singularidades. Equação ideal para o planejamento das cidades em tempos de economia global.

As paisagens constitutivas da história social, tais como os sítios coloniais, ao serem valorizadas no planejamento do território por meio de representações, de signos e significados que mobilizam o imaginário social na produção do espaço, nos permitem compreender o valor deste patrimônio no presente, ou seja, o papel dos nossos sítios arquitetônicos coloniais para o desenvolvimento local e do turismo nestas cidades.

Assim, relembando a epígrafe inicial deste artigo, de Maurício de Almeida Abreu (2014), pensar o passado como chave da interpretação do presente pode ser o papel do patrimônio cultural para nos ajudar a refletir sobre o futuro que queremos de nossas cidades.

Bibliografia

ABREU, M. de A. (2014) Pensando a cidade do Brasil no passado. In: FRIDMAN, F. ; HAESBAERT, R. (Orgs.) *Escritos sobre espaço e história*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/FAPERJ. pp.231-263.

_____. (2014) A apropriação do território no Brasil colonial. In: FRIDMAN, F.; HAESBAERT, R. (Orgs.) *Escritos sobre espaço e história*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/FAPERJ. pp.265-298.

ANDERSON, B. (2008) *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

BERDOULAY, V. (1985) Les ideologies comme phénomènes géographiques. *Cahiers de géographie du Québec*, 29. pp. 205-216.

BERDOULAY, V.; PAES, M. T. D. (2008) Imagem e patrimonialização em planejamento urbano. Salvador, (Bahia, Brasil) e Bordeaux (França) em perspectiva. *Revista Cidades - imagens da cidade*, volume 5, nº 07. Presidente Prudente, SP.

BONDUKI, N. (2010) *Intervenções urbanas na recuperação de Centros Históricos*. Programa Monumenta/IPHAN. Brasília, DF.

CASTRIOTA, L. B. (2003) Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.) *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte, MG: Editora C/Arte. pp. 186-206.

CHOAY, F. (2002) *O urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva.

_____. (2001) *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp.

_____. (1999) O reino do urbano e a morte da cidade. In: *Projeto História*. São Paulo, (18). pp.67-88.

CHUVA, M. R. R. (2009) *Os arquitetos da memória – sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

CONDEPHAAT (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE SÃO PAULO). (1982) *São Luis do Paraitinga – Revitação do Centro Histórico*. São Paulo.

COSTA, E. B. e SUZUKI, J. C. (2012) A ideologia espacial constitutiva do Estado Nacional Brasileiro. In: *XII Colóquio Internacional de Geocrítica*, Bogotá, Colômbia. pp.01-22.

DEGRÉMONT, I. (1996) *Patrimoine et aménagement – etude géographique d'un outil d'aménagement*. These (Doctorat Géographie-Amenagement). Université de Pau et des Pays de L'Adour (IRSAM/SET), Pau, France.

FREITAG, B. (2003) A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. *Caderno CRH*, nº 38, Salvador, Bahia. pp.115-126.

GRAVARI-BARBAS, M. et JACQUOT, S. (2014) *Patrimoine mondial et développement: au défi du tourisme durable* (Collection Nouveaux patrimoines). Editions PUQ (Presses de l'Université du Québec).

HALL, P. (2002 [1988]) *Cidades do amanhã* (Coleção Urbanismo). São Paulo: Editora Perspectiva.

HARDMAN, F. F. (1988) *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.

HARVEY, D. (1992) *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens sobre a mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

HERTZOG, A. (2011) Les geographes et le patrimoine. *Echogeo*, pp. 01-07. Disponível em: <<http://echogeo.revues.org/12840>>

HOLANDA, S. B. de. (1984) *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro : Editora José Olympio.

IPHAN/DAF/COPEDOC. (2013) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Articulação e Fomento; Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação; Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. *Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012)*. Rio de Janeiro.

JACQUOT, S. (2012) Analyser l’action publique patrimoniale, um triple regard sur la patrimonialisation. *Cahier – Analyser la patrimonialisation des espaces urbains, n° 1*, Citeres/CNRS/Université François Rabelais, pp.09-18.

JEUDY, H-P. (2005) *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

LAZZAROTTI, O. (2011) *Patrimoine et tourisme: Histoires, lieux, acteurs, enjeux*. Paris, France: Éditions Belin (Tourisme).

LUCHIARI, M. T.. D. (2005) A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, n° 17, São Paulo: FFLCH/USP, pp. 95-106.

MARX, M.. (1991) *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Editora EDUSP/NOBEL.

MONIÉ, F.; ROSA, I. G. G. F.; SILVA, V. R. A. 2007. A inserção da África Subsaariana no sistema-mundo: permanências e rupturas. In: SANTOS, R. E. dos (Org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica.

OLIVEIRA, F. de. (1982) O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço & Debates*, jun./set., n° 06.

PAES, M. T. D. (2009) Introdução e Apresentação In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume & Fapesp.

_____. (2012) “São Luiz do Paraitinga (São Paulo, Brasil) – O patrimônio cultural brasileiro em reconstrução” (pp.19-32). In: *Patrimônio turístico en Iberoamérica: Experiencias de investigación, desarrollo e innovación*. Santiago, Chile: Ediciones Universidad Central de Chile/IPT.

SAIA, L.; TRINDADE, J. B. (1977) *São Luis do Paraitinga*. São Paulo: Condephaat.

SANTOS, M. (1996) *A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec.

SITTE, C. (1992 [1889]) *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Editora Ática.

SMITH, N. (2006) A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à ‘regeneração’ urbana como estratégia global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de ‘revitalização’ dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume. pp. 59-87.

UNESCO. (2014) *Patrimônio Mundial no Brasil*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>>. Acessado em: 15 out. 2014.

Sites consultados

CAPES. (2014) Disponível em: <http://www.capes.gov.br/> . Acessado em: 17 out. 2014.

IPHAN. (2014) Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> . Acessado em: 19 out. 2014.

Data de submissão: 17/09/2014.

Data de aceite: 01/02/2015.